



CONSTANTINE IX

ROYO Y IMPERAD

A.S. 281

MAIO, 2021

No.7 de 2021

**Um Ato relativa ao estabelecimento de um Regente do
Império**

Aprovado no 2 de Maio, 2021

SARHOLM, 2021



SEJA PROMULGADA, pelo Gabinete do Primeiro-Ministro do Novo Império Saroviano e Suas Colônias e Domínios, com o conselho e consentimento do Parlamento Imperial do mesmo, como segue:

Regência em Precedência

1. O Novo Império Saroviano nomeou inúmeros regentes no passado, porém sem nenhum procedimento oficial. O Ato de Regência de 2021 ajuda a estabelecer os direitos e poderes do regente. A posição de regente não é discutida na Constituição, no entanto, argumenta-se que a Seção 7 da Constituição, intitulada *Poder de Sua Majestade Imperial para autorizar a nomeação de Deputados*, concede este direito a o próprio Imperador. Entretanto, a precedência age como força de lei, assim como esta lei. Um exemplo é o Príncipe-Regência do Verão de 2021.

Nessa regência, o Príncipe-Regente foi nomeado unilateralmente pelo Imperador por um período de três meses, após o qual o próprio Príncipe-Regente dissolveu o Conselho de Regência. Portanto, é precedente que Sua Majestade Imperial nomeou pessoalmente um Regente para servir por períodos de três meses, a ser aprovado simplesmente pelo Imperador.

O Regente dirigirá o Conselho Privado, a menos que seja nomeado um Presidente do Conselho Privado, de acordo com o estatuto do Conselho Privado.

Nomeação para a Regência

2. Há três maneiras de se nomear um Regente para o cargo, devido à Lei de Regência de 2021. A primeira é a nomeação unilateral por Sua Majestade Imperial, o Imperador. Qualquer regente nomeado pelo Imperador não deve ser impedido ou removido a menos que a) seu mandato tenha terminado ou b) tenha sido removido pelo Imperador. O segundo é o voto unânime do Conselho Privado para instalar um regente devido à inatividade, morte e/ou desaparecimento do Imperador. Este regente servirá por três meses e não poderá ser removido a menos que o Imperador retorne por sete dias ou mais. A terceira é a aprovação de uma Lei de Regência de Emergência pelo Parlamento Imperial através de procedimentos adequados, declarando um indivíduo como Regente. Esta pessoa deverá servir por três meses e não poderá ser demitida.

Titularidade da Regência

3. O Regente servirá por um mandato de três meses, não importa como eles sejam nomeados. Não há "limites de mandato" para os Regentes, e podem continuar a ser nomeados através dos procedimentos válidos por um período de tempo indefinido.

Príncipe-Regências

4. Qualquer Príncipe da Casa de Vasa pode ser nomeado como o título único de Príncipe-Regente, do qual concede prerrogativa e poderes especiais. Qualquer Príncipe com o título de Príncipe-Regente, através dos procedimentos válidos acima mencionados, terá os mesmos poderes que o Imperador mencionado na Constituição, exceto para alterar as leis de sucessão.